

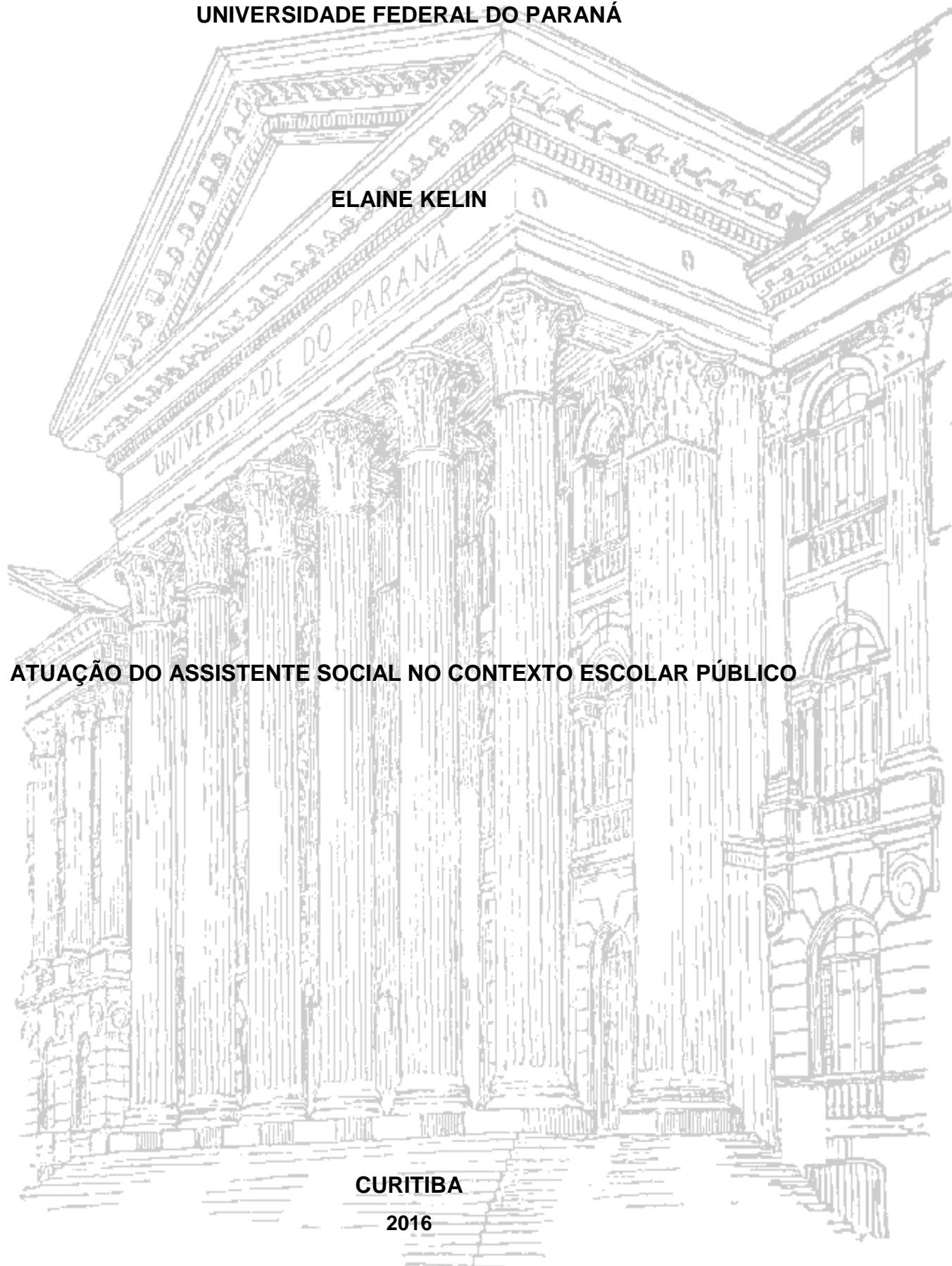
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELAINE KELIN

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO

CURITIBA

2016



ELAINE KELIN

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO

Artigo apresentado como requisito parcial á conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Ms. Elisângela Iargas Luzviak Mantagute.

CURITIBA

2016

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO

Elaine Kelin

RESUMO: A presente pesquisa propõe refletir sobre a contribuição do Serviço Social na área da educação, especificamente no contexto escolar público, pois o Serviço Social é uma área de atuação no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Os objetivos propostos são conhecer as políticas públicas em educação, apresentar a importância do assistente social na educação e descrever possíveis orientações do assistente social no contexto escolar. Neste sentido, analisar sobre a contribuição deste profissional na área da educação, observando os altos índices de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas e o processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino é um espaço onde os problemas sociais também são materializados. Apesar de a escola ser um dos principais equipamentos sociais, podemos identificar ainda um número pequeno e tímido de profissionais de Serviço Social atuando na área. No entanto, identifica-se que a educação tem demandas importantes para a intervenção do assistente social. Tais demandas requerem alternativas de trabalho com equipes multidisciplinares em contextos característicos de ação/reflexão/ação. A contribuição do assistente social na educação consiste em identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos relacionados ao campo educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. Estas atitudes constituem questões de expressiva complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta por diferentes profissionais, como: educadores, assistentes sociais, equipe pedagógica dentre outros com a ajuda da família, da sociedade civil e comunidade escolar, possibilitando uma ação efetiva objetivando o cumprimento da missão da educação de oferecer qualidade de ensino para a formação de cidadania. Deste modo, o objetivo do assistente social na educação é identificar as demandas presentes nas relações sociais que incluem o cotidiano do aluno e as suas relações existentes entre sociedade e família, partindo das necessidades de garantir os direitos previstos constitucionalmente aos educandos. Enquanto escolha metodológica pautou-se em uma Revisão Bibliográfica, cujo desenvolvimento foi por meio de estudos de pesquisas já realizados de vários autores, com suas referências preservadas. Sendo assim, este estudo busca-se contribuir no sentido de subsidiar, auxiliar a escola, e os demais profissionais, para conhecer e compreender a figura do Assistente Social no ambiente escolar público.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social; Intervenção; Escola Pública.

1 INTRODUÇÃO

A educação é formada por um conjunto de ações, fatores e influências que agem sobre o homem com vistas a prepará-lo para a vida no meio social. Ela visa formar um homem integral, por isso, envolve o desenvolvimento da personalidade nos aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, a fim de prover nos indivíduos as qualidades e capacidades humanas necessárias para a vida em sociedade, ou seja, a sua relação com o mundo.

É por meio da educação que o homem adquire conhecimento, como também transmite o que sabe para outras pessoas, ocorrendo, assim, tanto o processo de aprendizagem quanto o de ensino. Isso significa que ela tem o lado individual, por causa do desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo, como também o lado social, pois seu processo sociocultural quase sempre está vinculado a um projeto nacional.

O Assistente Social é um profissional que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais.

Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social (Martinelli, 1998), que estando frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, de interação de equipe, de busca de estratégias de proposição e intervenção, resgatando-se a visão de integralidade e coletividade humana e o real sentido da apreensão e participação do saber, do conhecimento. Desta forma, pode-se afirmar:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. (ALMEIDA, 2000, p.74).

Nesse sentido, a contribuição que o Assistente Social tem a oferecer dá-se também na atuação em equipes interdisciplinares, no âmbito das quais, os distintos saberes, vinculados às distintas formações profissionais, possibilitam uma visão mais ampliada, e compreensões mais consistentes em torno dos mesmos processos sociais. Assim, o profissional do Serviço Social pode articular propostas de ações efetivas, a partir do resgate da visão de integralidade humana e do real significado histórico-social do conhecimento.

Para Amaro (1997), a interdisciplinaridade, no contexto escolar, representa estágios de superação do pensar fragmentado e disciplinar, resultando-se na ideia de complementaridade recíproca entre as áreas e seus respectivos saberes.

Sabe-se que, é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc. As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do Assistente Social na educação, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demandas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A pertinência deste trabalho consiste em construir reflexões e conhecimentos acerca da atuação do Assistente Social no sistema escolar público. Como objetivo, este estudo, busca identificar a aproximação teórica e prática do profissional Assistente Social ao campo educacional, conhecendo e estudando os problemas socioeducativos e as contribuições do Serviço Social no sistema escolar, visando à realidade social da educação, como também mapeando-a quanto a estes problemas de forma a garantir aos educandos a melhoria das condições de estudo.

Mediante as propostas acima mencionadas, supõe-se que os problemas socioeducacionais podem ser atenuados por meio da atuação interdisciplinar

do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares da rede pública. Acredita-se que a atuação do Assistente Social nas escolas públicas poderá contribuir para a ampliação da política educacional, uma vez que em muitos momentos as questões sociais mais pertinentes não são trabalhadas pela escola.

O processo de trabalho no âmbito do Serviço Social, de acordo com Yamamoto (1997), é pautado no instrumental técnico-operativo utilizado por esse profissional. Esse instrumental não compreende apenas o arsenal de técnicas utilizadas para a efetivação do serviço, mas também o arsenal teórico-metodológico (conhecimento, valores, herança cultural, habilidades). Essa base teórico metodológica é constituída pelos "(...) recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho(...)" (IAMAMOTO,1997.p.47), a fim de iluminar a leitura da realidade, direcionar melhor sua ação e moldá-la. A apropriação do referencial teórico metodológico, por parte do assistente social, permite-lhe apreender a realidade numa perspectiva de totalidade e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação.

Nessa ótica, procuramos identificar os principais referenciais teóricos apropriados pelo assistente social no trabalho com famílias, bem como as noções, os conceitos e os autores mais utilizados.

A escola como um dos principais equipamentos sociais, tem sido desafiada cotidianamente em articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e necessidades sociais. Neste sentido, se torna essencial e fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos, podendo também encurtar a distância que a separa do universo familiar.

A escola deve ser capaz de preparar os indivíduos para a vida em sociedade. Dá-se, nessa perspectiva, a importância do trabalho com grupos de famílias no contexto escolar, a fim de fortalecer e encaminhar para a sociedade, não somente as crianças e adolescentes, como também seus pais.

Para que a escola possa desempenhar o seu papel político, ela deve desenvolver o senso crítico do aluno, precisando estar em sintonia não só com a realidade do aluno, como também com a realidade da comunidade na qual

ela se encontra inserida. Deve, assim, respeitar a realidade social, cultural e econômica dos seus alunos e, partindo dela, propiciar a participação da família no processo sócio pedagógico da escola.

Desta maneira, a inserção do Assistente Social na escola, deve contribuir com ações que tornem a educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Ambos, tanto a escola como o Serviço Social, trabalham diretamente com a educação, com a consciência, com a oportunidade de possibilitar às pessoas que se tornem conscientes e sujeitas de sua própria história.

É importante ressaltar que o profissional de Serviço Social, inserido na escola, não desenvolve ações que substituem aquelas desempenhadas pelos profissionais da área de Educação. Sua contribuição se concretiza no sentido de subsidiar, auxiliar a escola e demais profissionais, no enfrentamento de questões que integram a pauta da formação e do fazer profissional do Assistente Social, sobre as quais, muitas vezes a escola não sabe como intervir.

A escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar.

Segundo Almeida (2000), as demandas provenientes do setor educacional, no que se refere a sua ação ou ao fazer profissional do Assistente Social, recaem em diversas situações. Inclui-se, também neste contexto a importância na participação das famílias, por meio do desenvolvimento de ações, como trabalho de grupo e, muitas vezes, com os próprios professores da Unidade de Ensino, podendo ainda promover reuniões interdisciplinares para decisões e conhecimento a respeito de determinadas problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar. Isso tudo, sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do Serviço Social.

As famílias, o sistema educacional, as escolas, os professores e os próprios alunos não têm nada a fazer diante de uma realidade sociocultural desvantajosa. O abandono precoce da escola deve ser visto a partir de uma

perspectiva multidimensional e interativa, em que as condições sociais, a atitude da família, a organização do sistema educacional, o funcionamento das escolas, a prática docente na sala de aula e a disposição do aluno para a aprendizagem ocupam um papel relevante. Cada um deles não é um fator isolado, mas estão em estreita relação com os demais.

É clara a ligação do direito à educação na Constituição e na LDB, naquela vem em primeiro como dever do Estado, na LDB a ordem de dever inverteu-se, sendo primeiro de responsabilidade da família.

As políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino. Dessa forma, a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados.

O processo de descentralização foi construído, assim, pela via dos níveis de educação e dos programas educacionais, ambos impulsionados pela lógica do financiamento, determinando, conseqüentemente, a criação dos chamados Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS).

A partir de 2001 a legislação brasileira passou a exigir a criação desses conselhos, o que ocorreu em relação aos programas da área de educação como o PNAE, o PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para a Educação de Jovens e Adultos (PEJA), sendo que esses dois últimos foram acumulados pelos CACS do FUNDEF e, depois, do FUNDEB. Criou-se, deste modo, uma diversidade de conselhos na esfera local sem contar com o próprio Conselho Municipal de Educação.

É de extrema importância que o profissional do Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não dispenda o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais. Na escola, o assistente social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade na qual ele está inserido.

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode dar na área educacional é a aproximação da família do contexto escolar. É intervindo na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente.

Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça etc.) com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, o assistente social efetiva sua intervenção nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços. (CRESS/RJ, 2008, p. 11).

A inserção na Política de Educação representa para o Assistente Social uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, assim como a qualidade dos serviços no sistema educacional.

As Políticas Públicas de Educação e o movimento contemporâneo de inclusão escolar no Brasil pressupõem que a educação é um direito de todos os indivíduos, com ou sem deficiência, contribuindo para a possibilidade de escolas democráticas e uma sociedade justa e humana. Para tal, se faz necessário um projeto nacional de desenvolvimento educacional que se volte, sobretudo, para a organização das escolas e para o atendimento à demanda de seus profissionais por formação inicial e continuada para o atendimento da diversidade humana e de aprendizagem dos alunos, considerando suas características individuais, ritmos singulares de aprendizagem e de desenvolvimento social, cognitivo, sensorial e físico.

A necessidade de pensar outra escola nunca se fez tão urgente como atualmente, bem como as condições culturais para tal nunca foram tão

favoráveis como as que encontramos atualmente, pois percebemos de maneira crescente uma mobilização por parte da sociedade brasileira reivindicando mudanças na educação de modo a atender à diversidade humana e não mais reproduzir a lógica marginal e excludente ainda presente na maioria de suas escolas públicas.

Ainda, conforme o CFESS (2001), os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).

Para Martins (1999) os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (p.60).

O assistente social deverá trabalhar com ações educativas e não só com soluções de problemas, entendendo que a educação se constitui em uma política social que tem como compromisso garantir os direitos sociais, conseqüentemente podendo apresentar uma ampliação do conceito de educação impregnado na sociedade atual. Desta maneira, a prática do Serviço Social na escola se concretiza nas seguintes atribuições:

- Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- Ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar;
- Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;
- Fortalecer as ações coletivas;
- Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- Maximizar a utilização dos recursos da comunidade;

- Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p.70).

Desse modo, entende-se que para atingir a criança e o adolescente de forma integral, é necessário intervenções no contexto familiar, seja em âmbito sócio-educativo, como também de momentos de ensino-aprendizagem e reflexão, em um viés de participação, autonomia e cidadania.

Outra estratégia indispensável a compor o processo de trabalho do assistente social na Educação consiste na articulação com a rede social. O conhecimento acerca dos recursos existentes e da realidade da região em que se situa a escola se constitui numa ação basilar do trabalho profissional nesse espaço, com vistas ao levantamento de alternativas para atendimento às necessidades sociais de alunos e suas famílias, bem como para inserção nas construções coletivas de fomento às políticas públicas e sociais da região. Desse modo, o assistente social acaba, também por favorecer a aproximação da escola com a comunidade, tornando-a mais presente e participativa no meio social em que atua.

A contribuição do fazer profissional do Serviço Social aos profissionais da Educação é no sentido de auxiliar e facilitar o enfrentamento de questões sociais, as quais dificultam na aprendizagem do aluno, tais como violência, infrequência na escola, drogadição, desavenças familiares, entre outras questões.

O Assistente Social, por meio de sua dimensão educativa, tem um eminente envolvimento com os processos sociais em curso, com vistas a uma nova preeminência da política educacional e sua institucionalização. São lutas voltadas ao combate ao analfabetismo, à educação gratuita e de qualidade enquanto uma política pública universal. A dimensão educativa do profissional de Serviço Social já é manifestada em outras áreas, como a Assistência Social, que culmina para a participação, por isso que essa dimensão e sua inserção no espaço da escola não é algo absolutamente desconhecido.

A articulação entre as famílias e a escola é uma das tarefas primordiais do assistente social, desenvolvendo contatos com os pais e responsáveis, a fim de estreitar os vínculos destes com a instituição educacional e reforçar o senso de responsabilidade destes pelo desenvolvimento e pela aprendizagem dos

filhos. A partir do conhecimento de dinâmicas de grupo, o assistente social pode facilitar o fluxo de demandas, críticas, sugestões, provenientes das famílias, coletar dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica.

Há vários projetos de lei tramitando na Câmara Federal para o Assistente Social tenha lugar garantido na escola. (PLC-060/2007).

Na área educacional, o assistente social tem estado mais recentemente atuando no âmbito da garantia do acesso, da permanência e da valorização da gestão democrática, bem como na execução de programas sociais incorporados ou associados às instituições educacionais (como o Programa Bolsa Família, as cotas nas universidades, a assistência estudantil voltada para diversos segmentos de alunos, as ações formativas no contraturno escolar, a dinamização dos debates sobre temas transversais trabalhados na escola, por exemplo).

A ação do assistente social deve ocorrer em parceria com o Orientador Educacional, Pedagogo e professores, em um trabalho interdisciplinar, focando os estudantes e seus familiares, isto é, a tríade escola-família-comunidade. A prática profissional deve ter por finalidade a busca de alternativas para os diversos problemas que se manifestam cotidianamente nas instituições escolares, já citados acima: desmotivação, gravidez, agressividade, evasão, repetência, violência. (GONÇALVES; SILVA, 2011, p. 7294).

Todo o trabalho do assistente social será interdisciplinar, desenvolvido em rede, em parceria com a saúde, Ministério Público, Conselho Tutelar e demais segmentos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o levantamento de dados contidos no presente projeto é a pesquisa bibliográfica, tendo como foco analisar a atuação do Assistente Social no contexto escolar público, pois é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais.

Para a execução dos objetivos propostos, foi realizada análise bibliográfica a respeito do tema: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e autores como: Yamamoto (1998), Martinelli (1998), Azevedo e Guerra (1995); Weber (1992) e também o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, buscando conceitos de apoio para o desenvolvimento da pesquisa. Foi realizada a análise dos textos, artigos, legislações e outros materiais, no intuito de verificar a aplicação dos conceitos legais à realidade da pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (1993), que define por pesquisa bibliográfica:

Trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações (...), com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo. (LAKATOS e MARCONI, 1993, p.19).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Discutir a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação, nos remete a temas que atravessam a realidade social, política, econômica e cultural e que nem sempre são identificados no dia a dia da escola e por muitas vezes ficam à margem das políticas educacionais. Dada à complexidade da realidade social e a crescente percepção que a escola tem deste processo é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que possam vir a aproximar as famílias no contexto escolar.

O Serviço Social poderá articular com a comunidade externa para inseri-la no espaço interno da escola, trazendo elementos facilitadores para a efetividade de conselhos de pais e professores, responsabilidade no processo de participação na escola na medida em que sejam estimulados para expressarem suas dificuldades, necessidades e desejos perante o corpo funcional da escola.

Conforme o parecer jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) cabe ao profissional de Serviço Social Escolar as seguintes funções:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar.
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar, a disparidade série/idade, e melhorar o rendimento do aluno e sua formação para o exercício de sua cidadania.
- Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como prestar esclarecimento e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões que envolvam saúde pública.
- Articulações com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades.
- Realizações de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente.
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais.

A inserção do profissional de Serviço Social neste campo de atuação nos impõe uma tarefa desafiadora: construir intervenções qualificadas com profissionais da área da educação que possam contribuir para dar respostas aos anseios e carências dos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

De acordo com o Código de ética do Serviço Social, o compromisso ético- político do Assistente Social deve ser com a “ampliação e consolidação da cidadania”, “com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos” (Código de Ética dos Assistentes Sociais apud GOERCK, 2006, p. 7).

Este Código de ética apresenta como um dos princípios fundamentais no exercício profissional do assistente social o “posicionamento a favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BRASIL, 2012, p.23). E também que estes profissionais devem fazer a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”. (CFESS, 2012, p.23).

São muitas, portanto, as potencialidades para o Serviço Social contribuir com o setor educacional, pois este profissional tem a atribuição de articular tanto as políticas públicas de inclusão, quanto às demais políticas, no assessoramento destes alunos, das famílias e demais profissionais que fazem parte da comunidade escolar.

Dada a complexidade dessa realidade, justifica-se a necessidade do profissional de Serviço Social para compor a equipe de trabalho para enfrentamento das questões sócio-econômicas que afligem o campo educacional. A inclusão social pode ser indicada como um grande desafio a ser enfrentado pela escola pública brasileira, pois esta só se tornará uma escola inclusiva quando garantir a universalidade e a qualidade em seu atendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social na Educação é relativamente novo e o profissional precisa conquistar seu espaço. Para respaldar esta prática profissional, não só no campo da Educação, mas em qualquer campo, o grande aliado é o Código de Ética Profissional, que embasa as ações e orienta para a ação profissional, de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada escola.

Esta pesquisa contribui para o avanço teórico- metodológico do Serviço Social na área da educação, estabelecendo uma relação com o trabalho de socialização, sensibilização, informação, capacitação e organização da comunidade escolar, além de traçar um perfil sócio-familiar dos alunos que estejam em situação de vulnerabilidade e de exclusão, a fim de identificar quais as medidas de intervenção das escolas frente ao problema.

Também tem a construir nesta trajetória, o próprio papel do Assistente Social dentro da comunidade escolar, na construção efetivamente para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, porém, sua prática na Educação necessita inserir-se em uma política educacional ampla e efetiva, almejando uma atuação profissional calçada em um projeto pedagógico coletivo.

Deve constituir-se na Educação e não apenas como Serviço Social escolar. A intervenção pode ocorrer diretamente nas escolas, bem como contribuir com as atividades de gestão e planejamento da Política Pública Educacional.

Na área da Educação, hoje se fala em repensar as correntes educacionais e construir propostas pedagógicas para o enfrentamento das desigualdades sociais, para a justiça social, direitos humanos, equidade,

respeito à diversidade. A necessidade da prática interdisciplinar é visível, para atingir objetivos tão amplos; aí se insere também o Serviço Social, que com propriedade pode desenvolver um trabalho competente técnico, teórico e politicamente comprometido com os valores e princípios do Código de Ética, direcionado pelo Projeto Político da escola. Este profissional vinculado aos interesses das minorias, o qual visa a construção de uma nova ordem societária e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos usuários/alunos desta Política Pública.

Pois o trabalho do Assistente Social visa a viabilização do acesso a consolidação de direitos fundamentais para as parcelas populacionais que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social e também nos contextos escolares. Um processo no qual temos consciência de que fazemos uma mediação, porém numa perspectiva de transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (org). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: IGLU, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética dos/as assistentes sociais**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: 10ª ed., 2012.

_____. **Constituição da República Federativa**. Editora Saraiva, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n 8009 de 13 de julho de 1990.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 3ª ed Brasília, CFESS 1997.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V 8 N° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 57. São Paulo: Cortez, 1998.

WEBER. Lidia. **Eduque com carinho**. 3ª ed. São Paulo: Juruá, 1992.